O BALANÇO SOCIAL COMO INDICADOR DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL[1]

FERRAZ, Márcio Oliveira
FCACSL – formando em Ciências Contábeis em 2008
moliveiraferraz@yahoo.com.br

SCUDELER, Valéria Cristina
FCACSL
valeria_scudeler@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho constitui-se de um estudo de caso sobre uma amostra de empresas brasileiras que publicaram o balanço social do IBASE no período 2001-2005. Seus objetivos são analisar a evolução dos indicadores sociais e ambientais presentes no balanço social e avaliar a abrangência e a relevância da prática da responsabilidade social, bem como as vantagens de sua adoção e divulgação para as empresas e para a sociedade. Os resultados obtidos mostram que as empresas que publicam o balanço social assumiram, efetivamente, maior compromisso com a questão da responsabilidade social, mas os investimentos sociais e ambientais obrigatórios ainda são muito mais significativos do que os investimentos voluntários. Além disso, a riqueza gerada em sua atividade produtiva cresce em ritmo muito superior ao aumento verificado nos gastos destinados à coletividade e à preservação do meio ambiente. Aparentemente permanece a resistência das empresas em ampliar seus gastos a fim de promover impacto mais significativo em termos de bem-estar social.

[1] Este artigo é parte integrante de monografia defendida em dezembro de 2008 pelo discente Márcio Oliveira Ferraz, como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Santa Lúcia, sob orientação de Profa. Me.Valéria Cristina Scudeler.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

PALAVRAS-CHAVE: *responsabilidade social; balanço social; indicadores sociais; indicadores ambientais.*

INTRODUÇÃO

Com o recente processo de globalização da economia, o grande desafio das empresas está centrado na capacidade de buscar novas tecnologias e novos métodos de gerenciamento e de remanejamento dos processos operacionais. No mundo específico dos negócios, notam-se mudanças nas formas de planejamento e de relacionamento com clientes, fornecedores, funcionários, acionistas e comunidade. Percebe-se também uma grande mudança em relação ao comportamento dos agentes no que diz respeito à preservação do meio ambiente e à busca de uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, a adoção de postura social e ecologicamente responsável representa uma das possíveis alternativas para alcançar um diferencial competitivo e vem se tornando a meta constante entre os dirigentes de empresas.

Por outro lado, o apelo de produtos e marcas que contribuem de alguma forma para a preservação do meio ambiente ou para iniciativas de cunho social tem seduzido cada vez mais consumidores, incentivando a mudança de postura empresarial motivada pela busca de maior rentabilidade nos negócios.

As iniciativas de responsabilidade social das empresas podem ser mensuradas a partir de um instrumento da contabilidade social conhecido como balanço social. No Brasil, a publicação do balanço social não é obrigatória, mas o número de empresas que optaram por divulgar suas realizações sociais juntamente com as demonstrações contábeis exigidas por lei tem crescido nos últimos anos. Segundo Kroetz (2000) o balanço social tem por objetivo fornecer aos seus usuários informações mais úteis e fidedignas sobre o desempenho econômico da empresa e seu relacionamento com a sociedade, diferentemente das demonstrações contábeis tradicionais, que produzem apenas informações econômico-financeiras.

Tendo em vista a relevância alcançada atualmente pelo tema da responsabilidade social, seja no âmbito dos estudos acadêmicos, seja como indicador de qualidade da gestão empresarial, o objetivo geral do presente artigo consiste no estudo do balanço social como ferramenta de gestão para as empresas, focando a abrangência, evolução e desempenho no âmbito de suas ações de responsabilidade social.

Os objetivos específicos são o detalhamento das demonstrações con-

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

tábeis do balanço social e a utilização de indicadores para mensurar a participação das ações de responsabilidade social vis-à-vis a geração de riqueza realizada pelas empresas em um período temporal predeterminado.

Para atingir esses objetivos, este artigo apresenta um estudo de caso tendo como fonte primária o IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal sem fins lucrativos que, entre outras iniciativas, definiu um modelo de balanço social que é utilizado pela maioria das empresas que publicam essas demonstrações no Brasil.

Os critérios metodológicos para a escolha da amostra estão definidos no item 3 deste artigo, que trata especificamente do estudo de caso e dos resultados obtidos. O item 2 apresenta uma explanação sobre o conceito de responsabilidade social e um detalhamento do balanço social modelo IBASE, sua estrutura e seus usuários.

2. O EXERCÍCIO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E O BALANÇO SOCIAL

O tema da responsabilidade social pertence à área da contabilidade social que, segundo Martins (1999), é uma parte da ciência contábil cujo objeto de estudo são as relações entre empresa, sociedade e meio ambiente. Da ligação entre empresa e sociedade, encontram-se relações sob a forma de ações filantrópicas, de cunho social, e sob o aspecto da empresa como elemento de criação e distribuição de valor, ou melhor, de distribuição de riqueza.

De acordo com De Luca (2005), perante os desafios sociais e ambientais do mercado globalizado, a responsabilidade social corporativa apresenta-se como instrumento de transformação da sociedade. As empresas que adotam a estratégia de gestão da responsabilidade social desempenham função de relevante interesse social, ao tratar de questões como meio ambiente, portadores de necessidades especiais, educação, saúde, idoso, infância, etc.

Segundo Perottoni (2001) está cada vez mais acentuada a idéia de que a otimização dos lucros não pode mais ser o único objetivo das atividades empresariais visto que as questões ambientais e sociais têm alcançado grande relevância no sentido de assegurar o sucesso e a sustentabilidade dos negócios. Deste modo, ações de responsabilidade social implicam na participação direta das empresas nas ações da comunidade, nas questões ambientais e também nas condições de trabalho e benefícios a seus funcionários, além do compromisso de gerar emprego e renda.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

Para De Luca (2005), ainda que o exercício da responsabilidade social possa ser entendido, à primeira vista, como ônus financeiro para as empresas (seus sócios e acionistas), deve-se levar em conta a relação custo-benefício, pois os ganhos são tangíveis, ampliando o potencial de concorrência. Preocupando-se com os problemas da comunidade e investindo no bem-estar de seus empregados, a empresa promove mudança em sua imagem e assume a posição de empresa cidadã. Esse é o caminho para que seus produtos e serviços adquiram força e reconhecimento junto aos funcionários, fornecedores, comunidade, e até os próprios concorrentes que passam a respeitar seu valor.

2.1 EMPRESA PÚBLICA E CIDADÃ

O conceito de empresa pública e cidadã deve-se ao sociólogo brasileiro Herbert de Souza, o Betinho (1935-1997). Ele empenhou-se de corpo e alma impulsionando o debate referente à cidadania pública e empresarial, e seus ideais foram transformados em conquistas concretas que estão mudando a realidade social brasileira, sendo uma delas a fundação do IBASE. Entre 1996 e 1997, Betinho lançou campanha nacional convocando os empresários e a população ao maior engajamento e participação em busca de melhores condições de vida e da superação da pobreza. (SILVA; FREIRE, 2001)

Segundo Torres e Mansur (2008), o artigo publicado por Souza (1997) esclareceu a importância da responsabilidade social e acabou desencadeando um amplo debate nos principais jornais do país, incentivando o IBASE a lançar, em 16 de junho de 1997, uma campanha pela divulgação anual do balanço social das empresas, declarando que este seria o primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa cidadã.

De acordo com Souza (1997, s.p):

> [...] o balanço social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os patrões de uma maneira sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a instituição é administrada. Todo esse processo chega até os consumidores, que verificam a qualidade dos produtos. Há uma aproximação entre

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

> a empresa e o mercado consumidor. [...] Quanto ao Estado, cabe a concessão de subsídios, importantes para elaboração de normas legais que regulamentem, da maneira mais adequada, a atividade das empresas para o bem-estar individual e da comunidade. Sem distinção, chegando ao lucro sem ultrapassar os limites sociais. Por conseqüência, mais lucro, maior satisfação dos funcionários e consumidores.

A fim de atender essas demandas, vários estudos foram desenvolvidos no sentido de encontrar a forma ideal de apresentação das informações sociais e ecológicas relacionadas às entidades. No caso brasileiro, a estrutura básica das propostas pode ser sintetizada no modelo de balanço social proposto pelo IBASE que, conforme já mencionado, tornou-se uma das metodologias mais aplicadas no país.

2.2. O BALANÇO SOCIAL, INDICADORES E USUÁRIOS

Segundo Kroetz (2000) a empresa não é apenas um aglomerado de recursos materiais e humanos, que produz ou transforma bens e os coloca no mercado. Representa uma força socioeconômica e financeira que tem a capacidade de influenciar decisivamente na melhor ou pior qualidade de vida da cidade em que se situa.

Deste modo, as empresas que publicam o balanço social devem demonstrar claramente quais as políticas praticadas e quais seus reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar sua participação no processo de evolução social. Sem essa prática, jamais uma empresa poderá obter êxito em programas de qualidade, pois o exercício da responsabilidade social exige quebra de preconceitos, uma administração transparente e uma constante ligação da empresa com seus usuários.

Abaixo segue o **Quadro 1**, que sintetiza os usuários do balanço social e as metas a serem atendidas para cada um deles:

Quadro 1 – Usuários do balanço social

USUÁRIOS	METAS RELEVANTES
Clientes	Produtos mais baratos e com qualidade; recebimento de produtos em dia; cortesia no atendimento.
Fornecedores	Parceria; segurança no recebimento; continuidade.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

USUÁRIOS	METAS RELEVANTES
Colaboradores	Geração de caixa; salários adequados; incentivos à promoção; produtividade; valor adicionado; segurança no emprego.
Investidores potenciais	Custo de oportunidade; rentabilidade; liquidez da ação.
Acionistas controladores	Retorno sobre o patrimônio líquido; retorno sobre o ativo; continuidade; crescimento no mercado; valor adicionado.
Acionistas minoritários	Fluxo regular de dividendos; valorização da ação; liquidez.
Gestores	Retorno sobre o patrimônio líquido; valor patrimonial da ação; qualidade; produtividade; valor adicionado.
Governo	Lucro tributável; valor adicionado; produtividade.
Vizinhos	Contribuição social; preservação do meio ambiente; segurança; qualidade; cidadania.

Fonte: Tinoco (2001, p.35).

Para a elaboração do balanço é necessário que haja a interação de três departamentos funcionais da empresa: o departamento de pessoal, o de contabilidade e o departamento de sistemas de informação.

Tinoco (2001) destaca que o balanço social apresenta informações relacionadas com o ambiente interno e externo de uma organização:

- no plano interno, encontram-se as iniciativas que contribuem para a promoção humana de seus empregados, como educação, saúde, segurança, alimentação e transporte;
- no plano externo, evidencia-se a influência da organização na sociedade e no meio ambiente, os investimentos em educação, cultura, esporte e também os investimentos ambientais.

Para Ribeiro e Lisboa (1999), os resultados da interação da empresa com o meio ambiente podem ser analisados através dos estoques de insumos antipoluentes que serão utilizados em seu processo operacional; dos investimentos em seu maquinário, equipamentos e instalações na busca de tecnologias antipoluentes; do montante das obrigações assumidas pela empresa para a recuperação de áreas degradadas ou águas contamina-

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

das, além de pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação ambiental; do montante de custos e despesas incorridas em prol da contenção dos níveis de poluição ou através de penalidades recebidas por procedimentos inadequados.

A adoção dessas medidas identifica o grau de responsabilidade social da empresa em relação ao meio ambiente, especialmente quando se leva em conta a criação das normas internacionais de qualidade ambiental – descritas na série ISO 14.000, a globalização dos negócios, a conscientização crescente dos consumidores e da população, além da divulgação da educação ambiental nas escolas. Esses fatores permitem prever que a exigência futura dos consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida deverá intensificar-se.

Apesar do avanço no debate sobre a preservação ambiental, ainda existem muitas empresas operando em condições inadequadas, principalmente as de pequeno e médio porte.

Segundo Ribeiro e Lisboa (1999), as empresas são resistentes a realizar investimentos em seu processo operacional porque a implementação de tecnologia acaba gerando custos elevados reduzindo a margem de lucro no curto prazo. Todavia, no longo prazo, uma empresa que seja considerada potencialmente poluidora e que não realize investimentos para reduzir o nível de poluição certamente encontrará dificuldades para permanecer no mercado.

2.3 O BALANÇO SOCIAL MODELO IBASE E SUA ESTRUTURA

De acordo com Silva e Freire (2001) o modelo do balanço social IBASE foi concebido no primeiro semestre de 1997 e desenvolvido em parceria com técnicos, pesquisadores e diversos representantes de instituições públicas e privadas. Em sua estrutura, as ações sociais e os benefícios obrigatórios ficam discriminados daqueles realizados de forma voluntária pelas empresas.

O balanço social do IBASE é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em 7 categorias descritas no **Quadro 2.**

Com o intuito de assegurar a ampla divulgação das informações e estimular a verificação dos dados por parte da sociedade, o IBASE criou, em 1998, o Selo Balanço Social IBASE/Betinho. Para adquiri-lo, as empresas que adotam o modelo IBASE devem cumprir uma série de critérios: preenchimento e publicação na íntegra do balanço, em jornal ou revista de

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

grande circulação nacional; declaração expressa de que não utiliza mão de obra infantil ou trabalho análogo à escravidão, nem se envolve com prostituição ou corrupção, e respeita a diversidade; os funcionários e seus sindicatos devem receber cópia impressa do balanço.

Quadro 2 – Indicadores do balanço social.

Base de Cálculo	São as três informações financeiras – receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta. Essa categoria serve de base de cálculo percentual para grande parte dos dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas das empresas e permitindo a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos.
Indicadores sociais internos	São os investimentos internos obrigatórios e voluntários que a empresa realiza para beneficiar o corpo funcional, como alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche e participação nos lucros ou resultados.
Indicadores sociais externos	São os investimentos voluntários da empresa, que têm como público alvo a sociedade em geral, tais como os projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, creches, alimentação, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros. Na realidade, são ações sociais privadas que têm como alvo alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações.
Indicadores ambientais	São os investimentos para compensar os impactos ambientais e melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica ou via programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação da empresa e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais e ecoeficiência.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

Quadro 2 – Indicadores do balanço social.

Indicadores do corpo funcional	São as informações que identificam o relacionamento da empresa com seu público interno no que tange à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários, de negros, de mulheres, de empregados acima de 45 anos e de pessoas portadoras de deficiência, além da participação de grupos historicamente descriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa.
Exercício da cidadania empresarial	São as ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. São indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios e esclarecem algumas diretrizes da empresa no tocante às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa.
Outras informações	Este espaço é utilizado para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais.

Fonte: Baseado em Torres e Mansur (2008).

Em 02 de janeiro de 2007, o selo passou a ser fornecido somente para empresas que estivessem de acordo com o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 outubro de 1989), Seção IV, Art 36, que trata do preenchimento de cargos com pessoas portadoras de deficiência em empresas com 100 ou mais funcionários. Essa medida deu grande visibilidade pública do tema, levando diversas empresas a rever suas práticas internas e externas.

3. ESTUDO DE CASO

3.1 METODOLOGIA

Para execução do estudo de caso foi adotado o modelo de balanço social do IBASE. Seu banco de dados possui cerca de 350 empresas registradas, cujos balanços sociais constituem o universo de análise desse artigo.

A seleção dos indicadores está em conformidade com o trabalho de divulgação das ações de responsabilidade social no Brasil, realizado pelo próprio Instituto, cujo conteúdo pode ser verificado em Torres e Mansur (2008). Nesse trabalho o IBASE analisa o grau de adesão de entidades

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

públicas e privadas brasileiras ao processo de realização e divulgação do seu modelo de balanço social no período de 1997 a 2005. Seu principal objetivo é mensurar o comprometimento dessas entidades com a transparência das informações e com a melhoria dos indicadores sociais e ambientais internos e externos ao desempenho de suas atividades.

A amostra para a análise agregada proposta neste trabalho abrange 17 empresas, a saber: Acesita, Banco do Brasil, Calçados Azaléia, Canguru Embalagens, Cedae – Cia. Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro, Copel – Cia. Paranaense de Energia, Imbralit Telhas e Caixa d´água, Petrobrás, Samarco Mineração, Sercomtel Celular, Sercomtel Telecomunicações, Usiminas, Usina Cerradinho, Usina Mandu, Usina São Domingos, Usina São José da Estiva e Votorantim Celulose e Papel. Os critérios para seleção da amostra e viabilização do estudo foram:

I - A discriminação das empresas que obtiveram pelo menos uma vez o Selo Balanço Social IBASE/Betinho. Conforme já mencionado, para adquirir o selo a empresa deve cumprir uma série de critérios, visando à ampla divulgação do documento, à transparência dos números e à participação dos diversos públicos interessados, fatores de vital relevância para os objetivos desse trabalho;

II - A escolha de empresas cuja publicação de balanços atendesse a uma série temporal de no mínimo cinco anos consecutivos, considerando o período mais recente possível. A constância das publicações é fator importante para este estudo, pois indica maior comprometimento com o exercício da responsabilidade social;

III - A atualização dos valores nominais pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo[2], do IBGE, tomando como base o ano de 2005. Deste modo, os valores de 2001, 2002, 2003 e 2004 foram inflacionados para o ano de 2005, tornando os resultados comparáveis em termos reais.

A conjugação dos critérios levou à seleção das 17 empresas supracitadas, que publicaram ininterruptamente seus Balanços Sociais no período de 2001 a 2005. O objetivo desse estudo de caso é demonstrar a evolução dos indicadores sociais e ambientais, tanto os obrigatórios quanto os voluntários, e o peso relativo desses investimentos na receita líquida e no resultado operacional das empresas. Também são avaliados indicadores qualitativos que signifiquem maior comprometimento com a responsabilidade social na gestão corporativa.

[2] Índice oficial do governo federal para medição das metas inflacionárias desde julho de 1999.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.2.1 OS INVESTIMENTOS SOCIAIS INTERNOS

O ponto de partida da análise sobre o comprometimento das 17 empresas da amostra com iniciativas de responsabilidade social pode ser verificado no **Gráfico 1**, que apresenta suas Receitas Totais Líquidas[3] agregadas, comparadas com a soma das receitas de todas as empresas que divulgaram o balanço social modelo IBASE no período de 2001 a 2005. Esse indicador demonstra a representatividade e a importância econômica das empresas selecionadas dentro do universo de publicações.

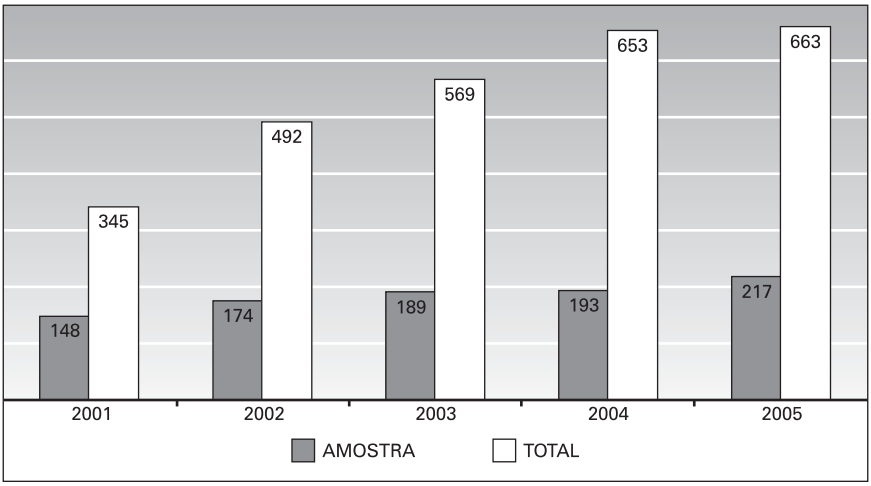

Gráfico 1 - Receitas totais líquidas por anos de publicação (em bilhões de reais)

As empresas da amostra agregam de 48% a 33% do volume total de receitas entre o início e o fim da série temporal. Nota-se que há um incremento real de 46,6% na receita total líquida da amostra entre 2001 e

[3] A receita líquida corresponde à soma de todas as vendas de produtos, mercadorias ou prestação de serviços realizada pelas empresas, deduzindo-se as devoluções, abatimentos e impostos e contribuições incidentes sobre vendas. Segundo consta nas instruções para preenchimento do modelo de balanço social do IBASE, disponível no site da instituição, a receita líquida é igual à receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

2005, indicando excelente desempenho da capacidade produtiva e geração de riqueza. É importante destacar que o número total de empresas que publicou o balanço social do IBASE em 2001 foi de 124, ampliando-se ano a ano para atingir 227 balanços em 2005.

Deste modo, a amostra é bastante representativa no universo: em 2001, correspondia a 13,7% dos balanços e 42,9% das receitas; em 2005, com a maior adesão às publicações, respondeu por 7,5% do total de balanços publicados, mantendo 32,7% das receitas totais geradas.

O valor agregado das folhas de pagamentos brutas por ano das empresas selecionadas foram os montantes de, aproximadamente, 12 bilhões de reais em 2001, 14 bilhões de reais em 2002, 13 bilhões de reais em 2003 e 15 bilhões de reais em 2004 e 2005, demonstrando um crescimento de 25% entre o início e o fim da série temporal. Esse incremento é substancialmente menor que a porcentagem de crescimento de 46,6% verificada na receita líquida. Desse modo, conclui-se que a geração de riqueza das empresas analisadas faz-se em ritmo mais intenso que o crescimento do volume de contratações ou do valor dos salários e rendimentos proporcionados ao corpo funcional.

Destaca-se nessa questão a evolução dos postos de trabalhos gerados (empregos diretos e terceirizados): crescimento de 161.505 postos de trabalho em 2001 para 192.819 postos de trabalho em 2005, representando um aumento de 31.314 novas vagas preenchidas. Nota-se um aumento de 19,4%.

A partir da inter-relação analítica entre a receita líquida, a folha de pagamento e os postos de trabalhos gerados, é possível afirmar que as 17 empresas em questão repetem a tendência geral observada no mercado produtivo atual: crescimento da geração de valor sem a contrapartida proporcional na geração de empregos ou mesmo na geração de pagamentos diretos a seus funcionários. Resta saber se a geração de valor excedente está sendo canalizada em outras atividades que beneficiem o corpo funcional, o meio ambiente ou a sociedade, o que se pretende verificar a partir de outros indicadores apresentados nesse trabalho. Um crescimento significativo dos investimentos em indicadores sociais e ambientais internos e externos, em detrimento do resultado operacional, representaria efetiva tomada de consciência no âmbito da responsabilidade social.

Os investimentos sociais internos por empregado, excluídos os encargos sociais – calculados a partir da soma dos investimentos de todas as empresas dividida pelo número de empregados totais da amostra, por ano – apresentam a evolução de R$ 1526,00 em 2001, R$ 1142,00 em 2002, R$ 1741,00 em 2003, R$ 1966,00 em 2004 e R$ 2213,00 em 2005, acu-

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

mulando o aumento de 45% entre 2001 e 2005. Esse indicador representa os investimentos realizados em benefício dos funcionários, isto é, o quanto a empresa tem investido no seu corpo funcional para beneficiá-lo com ações sociais, a maioria delas obrigatória por lei. Nesse caso, o crescimento do valor investido em indicadores sociais internos é coerente com o crescimento da receita líquida, não demonstrando qualquer melhora relativa quanto ao investimento no corpo funcional. Desse modo, não se pode afirmar que as empresas analisadas na amostra tenham ampliado seu grau de responsabilidade social ao longo dos cinco anos, ainda que a publicação do balanço social e a manutenção proporcional à receita dos gastos internos, *per se*, já sejam fatores positivos no ambiente inóspito que o mundo globalizado tem oferecido ao trabalhador.

Analisando a composição dos investimentos sociais internos, apresentada de forma desagregada nos **Gráficos 2** e **3**, percebe-se que os itens mais representativos, considerando a média de gasto nos cinco anos, são os investimentos em saúde, de R$ 247,00, previdência privada, de R$ 242,00, PLR (participação nos lucros), de R$ 228,00 e alimentação, de R$ 167,00.

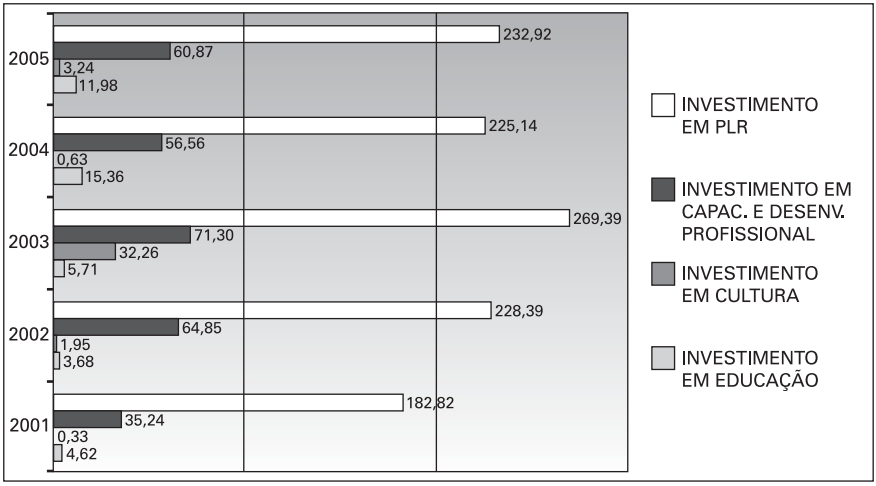

Gráfico 2 - Investimentos sociais internos - média anual por funcionário a cada R$ 1000,00 investidos

A análise evolutiva mostra que os investimentos que mais cresceram entre 2001 e 2005 foram em saúde e PLR, na ordem de 51% e 28%,

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

respectivamente. Os gastos com previdência privada recuaram 50,4% e os investimentos em alimentação ficaram estagnados. O investimento em capacitação profissional, o maior dos investimentos restantes, aumentou 72,7%, mas é pequeno quando comparado aos demais gastos - em média, R$ 58,00. Por fim, os gastos com cultura e educação, que não são obrigatórios, apresentam participação insignificante no total dos investimentos internos, o mesmo valendo para o investimento em creches.

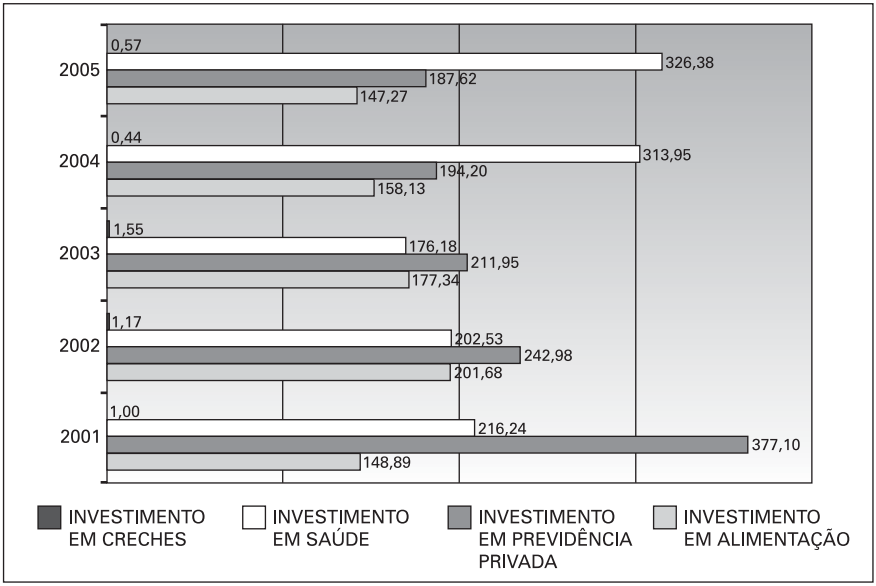

Gráfico 3 - Investimentos sociais internos - média anual por funcionário a cada R$ 1000,00 investidos

Vale ressaltar que os gastos em educação e cultura são muito valorizados nos discursos corporativos, mas os montantes investidos pelas empresas selecionadas são irrisórios. Os dados sugerem que as empresas agregam valor à sua imagem ao divulgar o balanço social e salientar suas iniciativas sócio-educacionais e culturais na mídia, mas os benefícios efetivos dessas iniciativas para o corpo funcional são bastante questionáveis.

3.2.2 OS INVESTIMENTOS SOCIAIS EXTERNOS

Os investimentos sociais externos são de caráter voluntário e a socie-

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

dade é o público-alvo principal. Dessa forma, representam melhor o verdadeiro exercício de responsabilidade social que esse trabalho pretende averiguar.

Os investimentos sociais externos médios – calculados a partir da soma dos montantes de todas as empresas da amostra dividida pelo número de empresas, por ano – apresentam a seguinte evolução: 77,1 milhões de reais em 2001, 84,9 milhões de reais em 2002, 82,6 milhões de reais em 2003, 85,1 milhões de reais em 2004 e 103,9 milhões de reais em 2005.

Há um crescimento de 35% no montante real investido em indicadores sociais externos entre 2001 e 2005 – resultado positivo no que tange à iniciativa das empresas na área de responsabilidade social. Cabe lembrar que esses gastos são destinados à educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, creches, alimentação e combate à fome, principalmente. No entanto, quando se compara o total de investimentos sociais externos como proporção da receita líquida e do resultado operacional[4], apresentado no **Gráfico 4**, percebe-se, em primeiro lugar, que a por-

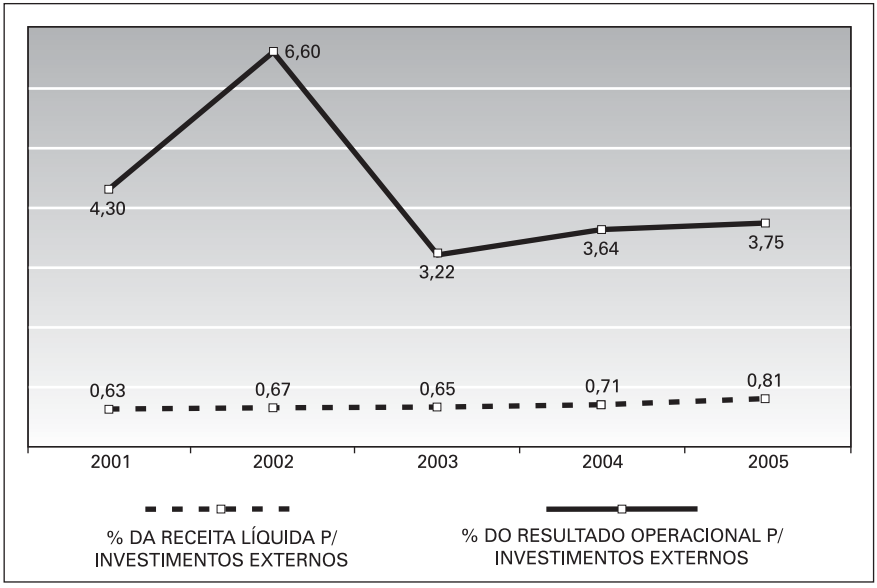

Gráfico 4 - Investimentos sociais externos - sobre receita e resultado (em %)

[4] Segundo consta nas instruções para preenchimento do modelo de balanço social do IBASE, disponível no site da Instituição, o resultado operacional é igual ao lucro ou prejuízo apresentado pela empresa no período contábil em questão.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

centagem dos investimentos é bastante pequena, especialmente quando se trata da receita líquida, apresentando uma média anual de 0,7%. Em segundo lugar, a participação dos investimentos sociais externos sobre o resultado operacional sofre redução percentual entre 2001 e 2005, situando-se em torno de 4,3% em média.

Os dados indicam que empresas avaliadas não têm convertido seu incremento de receita (de 46,6%) em aumento, sequer proporcional, dos investimentos sociais externos. Por outro lado, a efetiva conscientização do papel da responsabilidade social empresarial implicaria em aumento percentual desses investimentos sobre o resultado operacional e não sua redução.

Analisando de maneira discriminada a participação de alguns dos investimentos externos mais valorizados pelas empresas quando se trata da divulgação de suas ações de responsabilidade social, nota-se que as empresas da amostra têm concentrado suas ações em projetos ligados principalmente à cultura e no combate à fome (**Gráfico 5**).

A relevância do investimento no combate à fome é inalienável, visto que é questão de sobrevivência social. Seu incremento, de 2% em 2003 para 11,9% em 2005, certamente encontra respaldo nas iniciativas

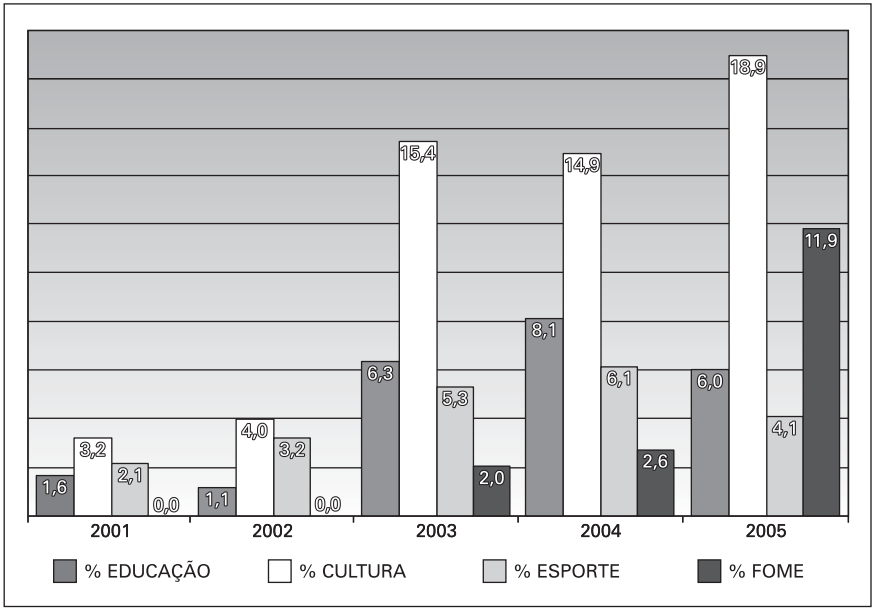

Gráfico 5 - Percentuais dos investimentos externos por tipo e ano (em %)

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

governamentais e na ênfase que o Estado brasileiro tem dado a esses tipos de ações, veiculando campanhas na mídia e fornecendo incentivos fiscais às empresas contribuintes.

O investimento em cultura, o maior dos investimentos externos, suscita questionamentos difíceis de serem respondidos, devido às limitações do balanço social no que concerne ao tipo de informação solicitada. Uma das questões que vem à tona é que parcela desses investimentos foi realizada pela renúncia fiscal ou por meio de leis de incentivo à cultura, como a Lei Rouanet. Não é possível mensurar o montante de investimento que foi realizado com recursos próprios, situação em que a empresa abre mão de parte de seus lucros para incentivar a cultura.

Quanto aos índices de investimentos em esporte e educação, nota-se uma melhora entre 2001 e 2005, mas a participação no total dos investimentos externos é pequena.

3.2.3 OS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE

Os investimentos ambientais compõem o terceiro aspecto quantitativo da análise da responsabilidade social das empresas. No balanço social, os indicadores ambientais são subdivididos em duas categorias: os investimentos relacionados com a produção/operação da empresa, obrigatórios por lei; e os investimentos em programas e/ou projetos externos, de caráter voluntário. A soma desses dois tipos de investimentos é computada como total dos investimentos em meio ambiente.

Os valores médios investidos em meio ambiente por empresa da amostra – calculados a partir da soma de todos os investimentos dividida pelo número de empresas, por ano – apresenta os seguintes resultados: em 2001, 112,3 milhões de reais; em 2002, 170,7 milhões de reais; em 2003, 175 milhões de reais; em 2004, 121,7 milhões de reais e, em 2005, 102,6 milhões de reais, denotando uma queda em termos absolutos no nível médio de investimento da ordem de 8,6% entre 2001 e 2005.

Analisando a evolução dos investimentos internos (obrigatórios) como porcentagem da receita líquida e do resultado operacional, constata-se a forte ampliação dos gastos em 2002, conforme apresentado no **Gráfico 6**. Vale salientar que, para as empresas consideradas na amostra, os gastos ambientais internos representam entre 96,5% (em 2002 e 2005) a mais de 99% (em 2001) dos gastos totais em meio ambiente.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

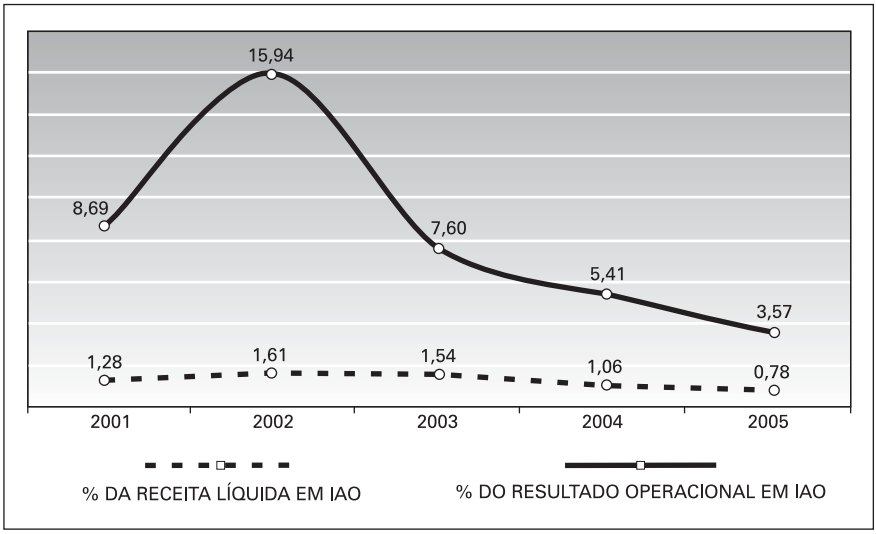

Gráfico 6 - Investimentos ambientais operacionais (IAO) sobre receita e resultado (em %)

Observa-se a queda percentual significativa do IAO sobre a receita e o resultado das empresas entre 2002 e 2005, o que já era de se esperar, visto a redução absoluta do montante investido em meio ambiente e o peso proporcional dos gastos internos no total de investimentos. Esse fato pode ser decorrente da adequação do processo produtivo realizada em 2002, ano em que há considerável ampliação dos gastos. A partir da aquisição de equipamentos e do cômputo de despesas mais abrangentes, é natural que o valor investido se reduza, destinando-se somente para a manutenção das instalações. Essa é uma hipótese para explicar a grande redução percentual dos investimentos, mas as informações disponíveis no balanço social não permitem sua confirmação.

O verdadeiro exercício de responsabilidade social poderia ser mensurado a partir dos investimentos ambientais externos, isto é, aqueles que são voluntários e que beneficiam a sociedade em geral, especialmente as condições de entorno da empresa. Os valores médios dos investimentos externos – calculados a partir da soma de todos os gastos dividido pelo número de empresas, por ano – são os seguintes: em 2001, 0,87 milhão de reais; em 2002, 6 milhões de reais; em 2003, 3,27 milhões de reais; em 2004, 1,81 milhão de reais e, em 2005, 3,61 milhões de reais.

Percebe-se, primeiramente, a inconstância nos gastos destinados a projetos externos. Em segundo lugar, os investimentos externos represen-

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

tam uma fatia irrisória dos investimentos totais em meio ambiente, demonstrando que as empresas preferem explorar as vantagens de um discurso em prol do meio ambiente, efetivamente, a realizarem uma prática consistente de gastos nessa área. Os próximos anos darão pistas se as práticas internas e externas das empresas foram adequadas às necessidades de preservação ambiental ou se, de fato, sua preocupação era apenas com a lucratividade de curto prazo.

Outro indicador importante, que ajuda a mensurar a preocupação com a redução dos impactos ambientais, está relacionado ao estabelecimento e cumprimento de metas. Essa informação passou a constar no balanço a partir de 2002 e é apresentada no **Gráfico 7**.

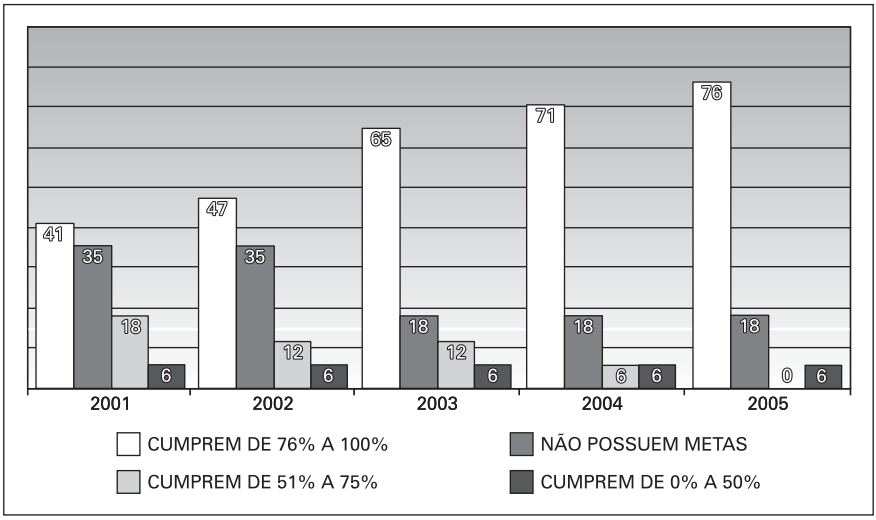

Gráfico 7 - Percentuais médios de estabelecimento e cumprimento de metas sócio-ambiental

Em 2001, 41% das empresas analisadas estabeleciam e cumpriam satisfatoriamente suas metas anuais. Esse indicador saltou para 76% em 2005, mostrando grande incremento no que se refere à transparência e cumprimento das metas. Por outro lado, 35% das empresas da amostra não possuíam metas em 2001, reduzindo-se para 18% em 2005. Esse fato indica a maior preocupação das empresas com o meio ambiente. No entanto, com todo o apelo sócio-ambiental que vem sendo realizado nos últimos

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

anos, é desalentador perceber que ainda resta um número de empresas que não se sensibilizou com essa questão nem definiu metas de preservação.

Vale assinalar que as empresas praticamente excluem das decisões sobre os projetos sociais e ambientais o corpo de empregados que não sejam a direção e a gerência. Essa grande concentração das decisões nas esferas de poder superiores não favorece a continuidade dos projetos, podendo levar a seu abandono diante da mera substituição do corpo diretivo.

3.2.4 INDICADORES QUALITATIVOS

Um dos indicadores relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial é a diversidade do corpo funcional da empresa, divulgado a partir de informações sobre a participação de mulheres, negros, pessoas acima de 45 anos e pessoas com deficiência.

Para as empresas amostradas, essas participações ficam praticamente constantes ao longo da série temporal, a saber: 25% de mulheres, 10% a 14% de negros, 24% a 28% de pessoas acima de 45 anos e cerca de 2% de pessoas com deficiência compõem o corpo funcional.

Comparando com os dados gerais do mercado de trabalho, a participação das mulheres é bem inferior aos 45% da PEA – População Economicamente Ativa, divulgados pela PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, segundo dados do IBGE (2006). O percentual de negros cresce no decorrer dos exercícios, porém fica muito abaixo do perfil étnico-racial da população brasileira em 2000 que, segundo dados do censo demográfico do IBGE, compunha-se de 49,5% de negros, sendo 6,3% de pretos e 43,2% de pardos.

A participação de mulheres e negros nos cargos de chefia é apresentada no **Gráfico 8**.

Embora haja o aumento da participação das minorias, cerca de 85% dos cargos de chefia das empresas analisadas ainda eram ocupados por homens não-negros em 2005, o melhor ano da série. Essas informações levam a crer que as empresas ainda têm preconceitos contra mulheres e negros na hora de escolher quem vai comandar seus negócios.

Em resumo, as informações qualitativas até agora apresentadas mostram que a discriminação persiste na sociedade brasileira e, especialmente, no mundo do trabalho, a despeito do discurso em favor da igualdade de direitos e oportunidades.

Quanto à participação dos funcionários terceirizados sobre o corpo funcional das empresas, constata-se grande aumento entre 2001 e 2005, pas-

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

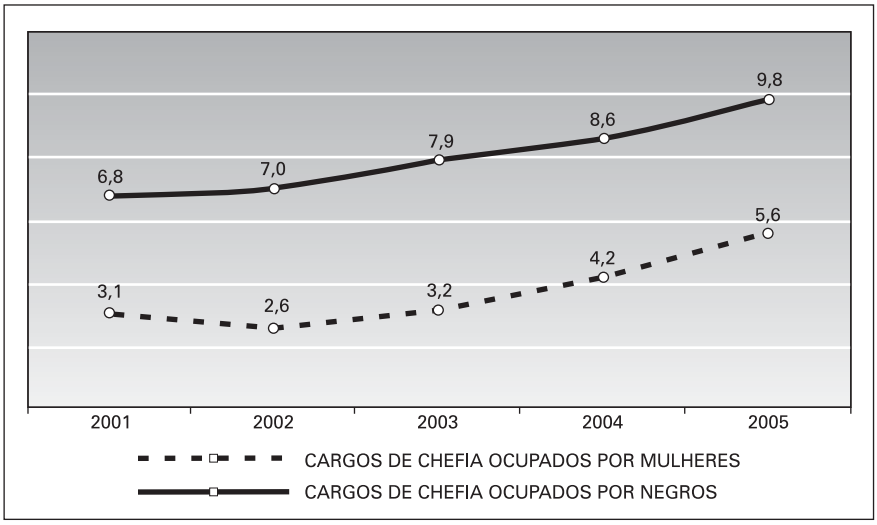

Gráfico 8 - Ocupação dos cargos de chefia por mulheres e negros (em %)

sando de 33,4% para 48,5%. Esse fato confirma a tendência comum na economia brasileira nas últimas décadas: com o processo de reestruturação empresarial global que visa, entre outros aspectos, a redução dos custos trabalhistas, a terceirização é a forma das grandes e médias empresas transformarem custos fixos em custos variáveis. Desse modo, substituem a relação jurídica de empregado e empregador pelo contrato com empresas terceirizadas cujo tamanho e poder de mercado são muito desiguais.

Essa tendência de aderir à terceirização é fenômeno preocupante para muitos especialistas em mercado de trabalho, já que os empregados terceirizados nem sempre desfrutam dos mesmos direitos e benefícios que os empregados diretos como, por exemplo, a participação nos lucros ou até mesmo o acesso a planos de saúde. Certamente, as empresas estão valorizando menos a responsabilidade social e mais seu potencial de lucratividade com esse tipo de iniciativa.

Outro indicador que não tem contribuído para o maior bem-estar do corpo funcional é a relação entre a maior e a menor remuneração média paga pelas empresas analisadas. A evolução dos dados é assombrosa, com grande piora na distribuição da renda oriunda do trabalho. O leque salarial, isto é, a diferença média entre a maior e a menor remuneração paga pelas empresas em 2001, era de 13,2. Esse indicador sobe para 36,3 em 2005, quase triplicando a distância entre o piso e o teto de remuneração.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

Num país onde a melhor distribuição de renda se apresenta como grande desafio, as condições de remuneração oferecidas pelas empresas analisadas têm corroborado para a maior concentração de renda, a despeito de serem empresas consideradas "a elite brasileira" (*grifo nosso*) no que concerne à responsabilidade social. Certamente, a ampliação dos funcionários terceirizados contribuiu para a abertura do leque, visto que, comumente, recebem remunerações menores que os trabalhadores diretos.

A participação do corpo funcional nas definições dos padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho também é um dos indicadores qualitativos considerados na metodologia da elaboração do balanço social. Naturalmente, os funcionários que atuam diretamente no processo produtivo estão mais sujeitos aos acidentes de trabalho do que os da direção e gerência, podendo e devendo contribuir em prol de maior segurança no desempenho de suas atividades. Quanto maior a participação de todos empregados e da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, maior tende a ser o comprometimento das empresas em termos de responsabilidade social.

É notório o crescimento percentual das empresas que tomam suas decisões sobre o padrão de segurança e salubridade no ambiente de trabalho com a participação de todos os funcionários e junto com a CIPA. Em 2001, eram apenas 18% da amostra; em 2005, 59%. O percentual de empresas que toma decisões com participação exclusiva da direção e da gerência também cresceu de 24% em 2001 para 41% em 2005. Um dado interessante é que, em 2001, 41% das empresas não divulgou esta informação, mas nos anos seguintes a adesão é de 100%.

A despeito da predominância de empresas que centralizam a tomada de decisões na esfera da direção e gerência, é importante chamar a atenção para a participação cada vez maior de todos os envolvidos no processo produtivo, incluindo a comissão especializada nesses assuntos, democratizando o debate sobre segurança e salubridade no ambiente de trabalho.

O último aspecto analisado nesse estudo de caso são os investimentos médios em segurança e medicina do trabalho – calculados como o investimento total agregado divido pelo número de funcionários por ano. Os valores investidos entre 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 foram, respectivamente, R$ 286,00, R$ 510,00, R$ 721,00, R$ 575,00 e R$ 462,00.

Entre 2003 e 2005, quando as empresas reduziram em 36% os seus investimentos médios nessa área, o número de acidentes de trabalho ampliou-se em 85,7%, passando de 7 para 13 acidentes. Desse modo, fica clara a correlação entre maiores investimentos e menos acidentes, sendo importante indicador de responsabilidade social.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

CONCLUSÃO

O estudo de caso sobre o comprometimento das empresas selecionadas com a responsabilidade social e a efetividade de suas ações demonstrou que, no aspecto relacionado aos indicadores sociais internos, houve crescimentos constantes nos investimentos entre 2001 e 2005, acompanhando a evolução da receita líquida e superando em termos percentuais o crescimento do número de postos de trabalho. Os gastos que mais se ampliaram foram na área da saúde e na participação nos lucros.

No grupo dos indicadores externos, que representam as políticas sociais voluntárias da empresa, os maiores investimentos são, nesta ordem, em cultura, combate à fome, educação e esporte. No entanto, os investimentos externos representam uma participação muito pequena das receitas e do lucro das empresas, de apenas 0,81% e 3,75%, respectivamente, em 2005.

Quanto aos indicadores ambientais, os resultados não são muito animadores: constata-se a queda absoluta dos investimentos em meio ambiente entre 2001 e 2005, bem como a intensa redução da participação dos gastos internos obrigatórios (operacionais) sobre a receita e o lucro. No tocante aos projetos ambientais externos, voluntários, o valor médio investido é, na melhor das hipóteses, em torno de 3,5% do total dos investimentos em meio ambiente, o que certamente não é suficiente para promover grande impacto nas condições ambientais locais. Um indicador que merece destaque, porém, é a participação das entidades que passaram a estabelecer e cumprir as metas ambientais, da ordem de 76% em 2005.

Os indicadores qualitativos do corpo funcional apresentaram alguma melhoria, mas as empresas ainda empregam mais homens não-negros e concentram em suas mãos os cargos de chefia. Por outro lado, o nível de terceirização dos funcionários equivale a quase 50% do total de empregados e o leque salarial praticamente triplicou nos cinco anos da série, ampliando a distância entre o piso e o teto de rendimento para 36 vezes.

Por fim, uma das perguntas mais importantes dessa pesquisa é se o balanço social pode servir como instrumento de responsabilidade empresarial. Para essa pergunta, os resultados apurados indicam que sim, pois as empresas selecionadas, no mínimo, cumprem as exigências legais quanto ao corpo funcional e aos processos operacionais, investindo em suas estruturas produtivas em prol da preservação do meio

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

ambiente. Num país como o Brasil, com fiscalização débil nessa área, essa conquista já significa avanço em favor da cidadania e do bem-estar coletivo.

Outra questão é se os investimentos sociais e ambientais voluntários que as empresas vêm realizando produzem impacto social significativo. Infelizmente, de acordo com os resultados obtidos, a resposta é não, pois todo esse movimento pela transparência e pela responsabilidade social caminha a passos curtos, principalmente quando se comparam os investimentos realizados com a evolução da receita e da lucratividade crescentes das empresas amostradas. Há muitas medidas que ainda precisam ser discutidas e implantadas nas políticas sociais e ambientais das empresas para que realmente se atinja o nível satisfatório de responsabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE LUCA, M. M. M. **Responsabilidade social** – um diferencial competitivo para as empresas. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 152, p. 25-33, Março-Abril 2005.

IBGE. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2006.

KROETZ, C. E. S. **Balanço social: teoria e prática**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2000. 162p.

MARTINS, V. A. **Contabilidade social**. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços**.** Brasília, n. 39, p. 32-38, Março 1999**.**

PEROTTONI, M. A. Balanço social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília. N.º 134. p. 51-59, Março/Abril 2001.

RIBEIRO, M. S.; LISBOA, L. P. Balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília, n. 115, p. 72-81, Janeiro – Fevereiro 1999.

SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. S. **Balanço social:** teoria e prática - inclui o novo modelo do IBASE. São Paulo: Atlas, 2001. 173p.

SOUZA, H. de **Empresa pública e cidadã**. Texto publicado em1997. Disponível em: http://www.ibase.br/betinho_especial/com_a_palavra/balanco.htm Acesso em: abril de 2009.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09

TINOCO, J. E. P. **Balanço social:** uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001. 243p.

TORRES, C; MANSUR, C. **Balanço social, dez anos:** o desafio da transparência. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 96p.

Recebido em 14-03-09 • Aceito em 05-05-09